

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.753 - PA (2019/0321190-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE** : GEAN COSTA NEVES (PRESO)  
**ADVOGADO** : GILMARA NASCIMENTO OLIVEIRA - RJ199630  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por GEAN COSTA NEVES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, o qual denegou a ordem visada no *writ* n. 0806652-72.2019.8.14.0000.

Noticiam os autos que o recorrente foi denunciado pela suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º, II, do Código Penal, tendo sido sua prisão preventiva decretada em 12/3/2015, havendo o acusado se evadido do local do crime.

Em 27/10/2015 foi proferida sentença condenando-o às penas de 9 (nove) anos de reclusão e 90 (noventa) dias-multa, encontrando-se ainda o acusado em lugar incerto e não sabido.

Em 28/5/2019 foi efetuada a prisão do recorrente.

O *writ* impetrado na origem foi denegado (e-STJ fls. 87-91).

No recurso em *habeas corpus* impetrado nesta Corte, sustenta a defesa a ausência de fundamentação a justificar a segregação cautelar imposta, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega não haver indícios de que o paciente tenha a intenção de furtar-se à aplicação da lei penal.

Afirma que o paciente é primário, possui residência fixa e ocupação lícita, razão pelo qual seria cabível a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, elencadas no art. 319 do CPP.

Requer a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor, sem prejuízo do estabelecimento de medidas cautelares alternativas (e-STJ fls. 4-25).

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 112-115), os autos ascenderam ao Superior Tribunal de Justiça.

A liminar foi indeferida (e-STJ fls. 120-123).

Informações prestadas (e-STJ fls. 131-140 e 141-143), o Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 151-153).

É o relatório.

Verifica-se que o presente recurso foi interposto desprovido de documentação indispensável, visto que a parte recorrente deixou de juntar a cópia do inteiro teor do decreto originário de prisão preventiva, inviabilizando, assim, o deslinde da controvérsia.

Como se sabe, o rito do *habeas corpus* pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência do aventado constrangimento ilegal suportado, decorrente de

# Superior Tribunal de Justiça

Tribunal sujeito a jurisdição desta Corte Superior, providência não efetivada no caso *sub examine*.

Nesse sentido:

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. CONDENAÇÃO. INDEFERIMENTO DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. PACIENTE QUE RESPONDEU PRESO A TODA A AÇÃO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. AUSÊNCIA DE JUNTADA DO DECRETO PREVENTIVO ORIGINÁRIO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. RECURSO DESPROVIDO. [...]*

*3. Por outro lado, é de se notar que a defesa não trouxe aos autos cópia da decisão que decretou originariamente a prisão, o que inviabiliza o exame dos fundamentos que primeiramente justificaram a decretação da prisão para amparar sua manutenção e impossibilita a completa verificação da existência de eventual constrangimento ilegal, devido à deficiência de instrução dos autos.*

*4. É de se ressaltar que o rito do habeas corpus pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de constrangimento ilegal imposto ao paciente. [...]*

*7. Recurso desprovido. (RHC 105.918/BA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 12/3/2019, DJe 25/3/2019)*

*AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. WRIT INDEFERIDO LIMINARMENTE POR DEFICIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. AUSÊNCIA DE JUNTADA DO DECRETO PREVENTIVO. DEVER DA DEFESA EM FISCALIZAR A DIGITALIZAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

*1. Mesmo que o alegado pela defesa seja verdade, de que os autos físicos continham o inteiro teor do acórdão impugnado, ressalto que cabe à parte a correta instrução do processo e, por conseguinte, o ônus da fiscalização da formação dos autos eletrônicos.*

*2. A parte deixou de juntar a cópia do documento reclamado quando interpôs este recurso, o que evidencia, ainda mais, a omissão da defesa em instruir devidamente os autos.*

*3. Agravo regimental não provido. (AgRg no RHC 82.783/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, julgado em 16/5/2017, DJe 24/5/2017)*

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, *a*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se e intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator